

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS QUANTO AO USO DA INFORMAÇÃO
CONTÁBIL FINANCEIRA POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS QUE
UTILIZAM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE TERCEIRIZADOS**

HENRIQUE CÉSAR SILVA RAAD MARTINS

JUIZ DE FORA
2017

HENRIQUE CÉSAR SILVA RAAD MARTINS

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES QUANTO AO USO DA INFORMAÇÃO
CONTÁBIL FINANCEIRA POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS QUE
UTILIZAM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE TERCEIRIZADOS**

Monografia apresentada pelo acadêmico Henrique César Silva Raad Martins ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, como forma de avaliação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Ma. Gisele de Souza Castro Vieira

Juiz de Fora
FACC/UFJF
2017

AGRADECIMENTOS

Gostaria de prestar meus agradecimentos às pessoas que contribuíram para a conclusão deste trabalho e do curso de graduação.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, o qual me iluminou, guiou e deu forças para enfrentar todas as dificuldades.

Agradeço em especial a minha mãe Ana Maria, a qual sempre me ajudou e me guiou pelos melhores caminhos sempre me dando forças e acreditando em mim. Obrigado pelo seu cuidado e dedicação, sem eles nada seria possível. A minha namorada Elisa, por todo seu amor, carinho, estando sempre ao meu lado me dando forças para continuar. Eu amo vocês!

À minha família, em especial a minha tia Jandira e tia Alexandrina, tio José e tio Antônio Jorge por todo apoio que me deram para que esse sonho pudesse ser realizado.

Aos meus amigos Wilison, José Antônio e Filipe Emanuel pelo apoio, pelas tardes estudando juntos, por compartilharem o nervosismo antes das provas e por seguirem comigo durante essa longa trajetória.

À professora orientadora Gisele de Souza Castro Vieira, pela amizade, paciência, apoio, orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da UFJF, que através de seus conhecimentos e experiências compartilhadas, foram muito importantes na minha vida acadêmica, me fazendo apaixonar pela profissão.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena, o meu muito obrigado!

Os eruditos são aqueles que leram coisas nos livros, mas os pensadores, os gênios, os fochos de luz e promotores da espécie humana são aqueles que as leram diretamente no livro do mundo.

Schopenhauer



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 31 de Janeiro 2017.

Henrique César Silva Raad Martins

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

**ATA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao 31 dia do mês de janeiro de 2017, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de **HENRIQUE CÉSAR SILVA RAAD MARTINS**, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número 201177015, intitulado **A PERCEÇÃO DOS CONTABILISTAS QUANTO AO USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL FINANCEIRA POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS QUE UTILIZAM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE TERCEIRIZADOS**. Após a apresentação e conseqüente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente **APROVADO**. Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 31 de janeiro de 2017.

Prof. Ma. Gisele de Souza Castro Vieira
Orientador(a)

Prof. Me. Angelino Fernandes Silva

Prof. Ma. Luciana Holtz

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1: Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, evolução no Brasil.....	21
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tipo de Prestação de Serviço	35
Tabela 2: Em caso de sociedade, quantos são os sócios responsáveis	35
Tabela 3: Número de funcionários	35
Tabela 4: Sexo	36
Tabela 5: Faixa etária	36
Tabela 6: Escolaridade	36
Tabela 7: Tempo atuando no mercado	37
Tabela 8: Ramos para os quais presta serviço	38
Tabela 9: Quantas microempresas e empresas de pequeno porte você é responsável pela contabilidade?	39
Tabela 10: Qual é seu nível de conhecimento a respeito de controles internos (controle físico de ativos e geração de informação para controle de disponibilidade e de registro)?	39
Tabela 11: A respeito de controles internos, Qual (quais) você considera de principal importância para as MPEs?	40
Tabela 12: Você considera que a informação contábil é capaz de suprir as necessidades de controles internos nas Micro e Pequenas Empresas?	40
Tabela 13: Quais relatórios são oferecidos aos clientes?	41
Tabela 14: Qual a frequência de entrega de relatórios	41
Tabela 15: Na sua percepção, as MPE's contratam serviços de contabilidade com qual finalidade?	42
Tabela 16: Quanto sua percepção, o serviço contábil tem como principal finalidade?	43
Tabela 17: Em sua percepção, nas MPEs, os empresários conhecem os relatórios financeiros (demonstrações contábeis)	44
Tabela 18: Em sua percepção, nas MPEs, os empresários fazem uso das demonstrações contábeis para fins de análise ou tomada de decisão, entendida a tomada de decisão como o processo de escolha de um plano de ação entre outras possíveis?	45
Tabela 19: Em sua percepção, dentre os relatórios oferecidos quais as MPEs usam para a tomada de decisão	46
Tabela 20: Entrega da documentação necessária para a escrituração contábil e preparação das demonstrações contábeis	46
Tabela 21: Antes da tomada de decisão, o empresário responsável pela MPE, consulta ou pede alguma informação contábil?	47
Tabela 22: Com base na pergunta anterior, caso a resposta tenha sido sim, qual instrumento de controle é o mais solicitado	48

Lista de Quadros

Quadro 1: Classificação das Micro, Pequenas e Médias Empresas pelo Faturamento	17
Quadro 2: Classificação do porte das empresas por: pessoas ocupadas.....	18
Quadro 3: Minas Gerais - Participação das variáveis: número de empresas, pessoal ocupado e remunerações, por atividade econômica, segundo porte das empresas (em %, média 2009 a 2011)	19
Quadro 4: Conceitos e objetivos da contabilidade financeira	23
Quadro 5: Características da Contabilidade financeira	24
Quadro 6: Demonstrações contábeis e suas características	30

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar o perfil dos contabilistas da cidade de Juiz de Fora – MG, bem como a percepção dos mesmos quanto ao uso da informação contábil financeira por micro e pequenas empresas (MPEs) que utilizam serviços contábeis terceirizados no município de Juiz de Fora no estado de Minas Gerais (MG). A pesquisa foi fundamentada em referências bibliográficas obtidas por meio da literatura pertinente. Para tanto foram utilizados periódicos científicos e livros com objetivo de fundamentar a parte teórica do presente estudo. Para concretizar os objetivos pertinentes a parte prática aplicou-se um questionário dividido em duas sessões. A primeira, visando identificar o perfil do profissional contábil, e a segunda, com intuito de visualizar a percepção do mesmo a respeito dos serviços prestados por eles. Nesse sentido, o questionário foi composto por 22 perguntas pré-definidas e aplicado via e-mail aos profissionais contábeis. Os dados levantados pela pesquisa foram analisados e revelou a percepção dos Contabilistas a respeito dos serviços prestados pelos seus escritórios de contabilidade. A pesquisa aponta quanto ao perfil dos contabilistas que responderam a pesquisa, residentes na cidade de Juiz de Fora- MG, que 78,1% dos mesmos são graduados. O presente estudo revela também que 37,5% dos profissionais respondentes atuam a mais de 20 anos no mercado, e 31,3% atuam de 0 a 5 anos, revelando que para a amostra pesquisada o mercado contábil é composto de profissionais atuantes a um longo período, e de profissionais iniciantes na carreira. Dentre os entrevistados verificou-se também que 65,6% dos escritórios da cidade de Juiz de Fora- MG possuem de 1 a 5 funcionários, possibilitando inferir que, para a amostra da pesquisa, prevalecem os pequenos escritórios. A pesquisa aponta com relação a percepção dos profissionais contábeis na cidade de Juiz de Fora- MG, de que na visão desses profissionais as MPEs contratam seus serviços na finalidade de atender obrigações fiscais. Em contrapartida a percepção dos profissionais é de que a informação contábil tem como objetivo ajudar o gestor da empresa a atingir os objetivos da organização. Porém, na prática, a percepção dos entrevistados é de que os gestores de MPEs não utilizam as informações geradas pela Contabilidade para a tomada de decisão.

Palavras-chaves: Contabilidade, MPE, objetivo da informação contábil, tomada de decisão.

ABSTRACT

The present study aims to verify the profile of Accountants in the city of Juiz de Fora – MG, as well as the perception of them as to the use of financial accounting information for micro and small enterprises (MSEs) using outsourced accounting services in the municipality of Juiz de Fora in the State of Minas Gerais (MG). The research was based on references obtained through the relevant literature. For both scientific journals and books were used to justify the theoretical part of this study. To achieve the relevant goals practical applied a questionnaire divided into two sessions. The first, in order to identify the professional profile, accounting, and the second, in order to show the perception of the same regarding the services provided by them. Accordingly, the questionnaire was comprised of 22 pre-defined questions and applied via e-mail to accounting professionals. The data collected in the survey were analysed and revealed the perception of Accountants regarding the services provided by their accounting offices. The research points regarding the profile of the accountants who responded to the survey, residents in the city of Juiz de Fora-MG, to 78.1% of them are graduates. The present study also shows that 37.5% of respondents working professionals to more than 20 years in the market, and 31.3% 0 to 5 years of work, revealing that for the sample investigated the accounting market is made up of working professionals for a long period, and beginning professional career. Among the interviewees was found that 65.6% of the offices in the city of Juiz de Fora-MG 1 to 5 to the employees, enabling infer that for the sample of the survey, small office prevail. The research points regarding the perception of accounting professionals in the city of Juiz de Fora-MG, that in the view of these professionals the MSEs in order to hire their services meet tax obligations. However, the perception of professionals is that the accounting information aims to help the Enterprise Manager to achieve the goals of the organization. However, in practice, the perception of respondents is that the managers of MSEs do not use the information generated by Accounting for decision-making.

Keywords: Accounting, MPE, purpose of accounting information, decision making.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO	16
2.1 As Micro e Pequena Empresas	16
2.1.1 Definição das Micro e Pequena Empresas	16
2.1.2 Importância das Micro e Pequena Empresas para a Região	18
2.1.3 Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas	20
2.2 A Contabilidade como Instrumento para Tomada de Decisão	22
2.2.1 Contabilidade Financeira.....	23
2.2.2 Relação da Contabilidade Financeira com a Contabilidade Fiscal.....	25
2.2.3.Tomada de Decisão em Micro e Pequenas Empresas	26
2.2.4 Importância da Contabilidade Financeira na Tomada de Decisão	27
2.2.5. Instrumentos da Contabilidade Financeira	29
3. METODOLOGIA	32
4– ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 Perfil do Contador ou escritório contábil	34
4.2 Percepção em relação ao perfil dos clientes MPE	42
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
6 – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	51
7 _ ANEXOS	

1- INTRODUÇÃO

A contabilidade representa um instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou comunicados, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões (MARION, 1988 *apud* STROEHER, 2008).

O art. 1.179 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil, 2002), define a obrigatoriedade da contabilidade nas empresas brasileiras, como demonstrado no texto legal. "– O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico."

Como a contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio da empresa, ela pode ser também o grande instrumento para auxiliar as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) no seu processo decisório, deixando de ser vista, como ocorre na maioria dos casos, como mera cumpridora dos compromissos fiscais e passando a ser parceira da organização. (SILVA et, al. 2015)

As MPE's ocupam papel de importância estratégica na economia nacional. No entanto, são muitas as dificuldades enfrentadas pelos seus gestores, desde a concepção da ideia inicial do empreendimento, seu planejamento, até a fase de sua consolidação e manutenção no mercado. (ALBUQUERQUE, 2004)

Segundo Albuquerque (2004) e Vanalle *et. al* (2007), as ações e decisões nas pequenas empresas quase sempre são tomadas com base na intuição e na experiência do empresário. A tomada de decisão nas empresas é considerada como uma das principais tarefas na administração de um negócio, podendo levar a empresa a posição desejada ou não. Consoante a esse risco, deve o gestor buscar a melhor fundamentação, ao seu alcance, para que ela seja a mais assertiva possível.

Segundo Lenzi e Kiesel (2009), 60% das organizações encerram suas operações até o terceiro ano de atividade e existem muitas discussões sobre os motivos que acarretam o fato. A falta de planejamento e a competência da gestão empresarial são consideradas um dos fatores da mortalidade precoce das MPE's. (GNATA, 2014)

Lenzi e Kiesel (2009) destacam quatorze causas de fracasso que, em conjunto ou separadamente, são as responsáveis pelos índices de mortalidade das empresas entre as quais enumeramos: falta de planejamento e memória de cálculo inadequado; desconhecimento de

tributação; expansão além dos recursos; análise financeira e de custo inadequada; falta de informação acerca de seus clientes/ mercado; nepotismo; centralização excessiva; conflitos internos; miopia em vendas; individualismo; falta de liderança e gestão de pessoas; cultura da qualidade incipiente; produção e logística ineficientes; e ações estratégicas e de negociação com falhas.

A partir dessa reflexão, surge o problema de pesquisa, qual seja: como os contabilistas de Juiz de Fora que prestam serviço contábil terceirizado às MPE's percebem a utilidade da informação prestada no processo de tomada de decisão?

Sendo assim, o objetivo geral que orienta o presente estudo é de traçar o perfil dos contabilistas de Juiz de Fora – MG, e avaliar o nível de percepção dos mesmos quanto a utilidade da informação contábil no processo de tomada de decisão em MPE's que utilizam serviços terceirizados de contabilidade e quais são requeridas pelos mesmos para o gerenciamento de seu negócio.

Terá como objetivos específicos traçar o perfil dos profissionais da área contábil que prestam serviços terceirizados, na cidade de Juiz de Fora- MG; avaliar a percepção dos Contabilistas de Juiz de Fora- MG sobre o uso dos relatórios contábeis na tomada de decisão pelas MPE's que utilizam seus serviços; identificar os principais problemas apontados pelos Contabilistas da cidade de Juiz de Fora- MG que impedem uma melhor utilização das informações contábeis para a tomada de decisão de MPE's; relacionar dados do perfil dos Contabilistas entrevistados com a percepção dos mesmos sobre os serviços prestados às MPE's, procurando identificar características similares nos diferentes perfis estudados.

A referida pesquisa mostra sua relevância no sentido de permitir conhecer o perfil dos contabilistas da cidade e, a partir de suas percepções pode ser possível trabalhar as deficiências apontadas possibilitando melhorar a relação entre as partes e contribuir para a geração de melhores informações ao processo decisório, contribuindo efetivamente para a continuidade dos negócios. Sendo útil, portanto, a profissionais contábeis e gestores.

Para tanto, será primeiramente abordado a relevância das micro e pequenas empresas, e os fatores apontados em pesquisas anteriores que contribuem para a descontinuidade das mesmas. Posteriormente será abordada a caracterização da contabilidade e como a ciência contábil pode ajudar as MPEs na continuidade dos negócios. Após essas considerações serão apresentados os dados da pesquisa seguido das considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No presente referencial, serão abordados temas relevantes no cenário das Micro e Pequenas Empresas (MPE's). Será verificada a importância destas empresas na geração de emprego e renda, em conjunto com a sua participação na economia; a importância das MPE's para região, bem como a causa da mortalidade destas; o elementar papel da contabilidade, na sua ampla atuação na gestão das MPE's juntamente a sua instrumentação e a tomada de decisões como principal tarefa na administração de um negócio.

2.1 As Micro e Pequena Empresas

2.1.1 Definição das Micro e Pequenas Empresas

O esforço de caracterização do porte das empresas decorre principalmente da necessidade de aplicação de incentivos que conduzam o seu fortalecimento e expansão. Oliveira (2006) salienta que para as distorções serem diluídas, é importante que o sistema de classificação esteja de acordo com o objetivo a que ele se presta, como fomento ou pesquisa, por exemplo, além de considerar as diferenças nacionais, regionais e setoriais do grupo de empresa que se pretende classificar.

Existem vários critérios utilizados para a definição das MPE's. Vemos definições que se baseiam no número de empregados, no capital social, na receita bruta, na receita operacional líquida, no grau de sofisticação tecnológica, etc. (BRASIL & FLEURIET, 1979 *apud* LACERDA, 2006).

Sob esse ponto de vista, Oliveira (2006) salienta que para a pequena empresa, a adoção de critérios para definição de seu porte constitui importante fator de apoio, permitindo que as empresas classificadas dentro dos limites estabelecido possam usufruir dos benefícios e incentivos previstos nas legislações que dispõem sobre um tratamento diferenciado ao segmento e que buscam alcançar objetivos prioritários de política, como o aumento das exportações, geração de emprego e renda, diminuição da informalidade dos pequenos negócios entre outros.

Já sob o ponto de vista acadêmico, a definição e o estabelecimento de referências comuns (padrões), entre eles, as classificações do porte, são fundamentais para a realização de estudos e análises comparativas entre empresas. Essas classificações permitem reduzir o

espectro de análise e possibilitam a comparação de empresas com características mais próximas, o que traz consideráveis benefícios, em virtude de maior homogeneização do universo estudado. (OLIVEIRA, 2006)

Não há no mundo uma unanimidade no que se refere à conceituação e classificação das MPE's, pois cada país adota formas particulares e de acordo com suas realidades de mercado (CEZARINO, 2006). No Brasil, as MPE's são definidas de diversas formas, tendo como principais o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/99) e pelo SIMPLES (Lei nº 9.317/96), que utilizam como forma de classificação, a receita bruta anual. No Quadro 1 pode-se observar três diferentes classificações por entidades que utilizam o faturamento bruto como critério de definição de categorias.

Quadro 1: Classificação das Micro, Pequenas e Médias Empresas pelo Faturamento

Entidade	Porte	Faturamento
BNDES	Microempresa	Até R\$2,4 milhões
	Pequena Empresa	Acima de R\$2,4 milhões até R\$16 milhões
	Média empresa	Acima de R\$16 milhões até R\$90 milhões
	Emp. Média grande	Acima de R\$90 milhões até R\$300 milhões
	Grande empresa	Acima de R\$300 milhões
SEBRAE	Empreendedor individual - EI	Até R\$60 mil
	Microempresa - ME	Até R\$360 mil
	Empresa de Pequeno porte - EPP	De R\$360 mil até R\$3,6 milhões
Simples nacional	Microempresa	Até R\$360 mil
	Empresa de Pequeno porte	De R\$360 mil até R\$3,6 milhões
	Média e grandes empresas	Acima de R\$3,6 milhões

Fonte: BNDES, SEBRAE, LEI 123/06, adaptado de SEBRAE 2014

Por sua vez, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas) e a RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais / Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal) promovem, além da classificação com base no faturamento, a classificação das empresas baseadas no número de empregados que compõem suas estruturas, conforme pode ser visto no Quadro 2. (CESARINO et, al. 2004).

Quadro 2: Classificação do porte das empresas por: pessoas ocupadas

Porte	Atividade econômicas	
	Serviço de comércio	Indústria
Microempresa	Até 09 pessoas ocupadas	Até 19 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 10 a 49 pessoas ocupadas	De 20 99 Pessoas ocupadas
Média empresa	De 50 a 99 pessoas ocupadas	De 100 a 499 pessoas ocupadas
Grande empresa	Acima de 100 pessoas ocupadas	Acima de 500 pessoas ocupadas

Fonte: Adaptado de SEBRAE, 2014.

A classificação do porte de empresas, conforme conceito adotado pelo SEBRAE, utiliza o número de empregados. Considera-se como microempresa aquela com até 19 empregados na indústria e até 09 no comércio e no setor de serviços; as pequenas empresas são as que possuem, na indústria, de 20 a 99 empregados e, no comércio e serviços, de 10 a 49 empregados; as médias empresas, de 100 a 499 empregados na indústria e de 50 a 99 no comércio e serviços. Por sua vez, a grande empresa é aquela com 500 ou mais empregados na indústria e com 100 ou mais no comércio e no setor de serviços. (Brandão *et al*, 2004).

2.1.2 Importância das Micro e Pequenas Empresas para a Região

A participação das micro e pequenas empresas (MPE's) é significativa na economia nacional, por meio da contribuição na produção de bens e serviços e na absorção de mão de obra. (TEIXEIRA *et. al* 2008). Segundo Carvalho (1999), as MPE's são as que apresentam o maior potencial de crescimento, em qualquer dos ramos em que se localizem, desde que ágeis, flexíveis e eficientes.

Em estudo desenvolvido pelo SEBRAE em 2014, denominado "A Participação das Micro e pequenas empresas (MPE's) na economia nacional" observa-se que, a cada ano, as MPE's têm demonstrado sua relevância. Não apenas para a economia, mas também na geração de renda e emprego, apontando crescente evolução em termos percentuais com base nos anos pesquisados.

As MPE's vêm progressivamente aumentando sua relevância na economia brasileira. Constatou-se que, em termos agregados, esta participação era de 21% em 1985 e aumentou para 23% em 2001 e para 27% em 2011. Esta participação aumentou tanto em serviços como no comércio, tendo se reduzido um pouco na atividade industrial, onde predominam médias e

grandes empresas que se beneficiam de economias de escala. (SEBRAE 2014)

No Setor de Serviços, as MPE's geraram 36,3% do total do valor adicionado (corresponde à produção das diversas atividades econômicas que é valorada a preços básicos, ou seja, excluindo-se o valor de impostos sobre produtos, margens de distribuição do setor); representavam 98,1% do número de empresas; empregaram 43,5% dos trabalhadores; e, pagaram 27,8% das remunerações de empregados no período. (SEBRAE 2014)

No Setor de Comércio, as MPE's geraram 53,4% do total do valor adicionado do setor; representavam 99,2% do número de empresas; empregaram 69,5% do pessoal ocupado no setor; e, pagaram 49,7% das remunerações dos empregados do setor no período; (SEBRAE 2014)

No Setor Industrial, as MPE's geraram 22,5% do valor adicionado do setor; representavam 95,5% do número de empresas; empregaram 42% do pessoal ocupado no setor; e pagaram 25,7% das remunerações de empregados no período. (SEBRAE, 2014)

Quadro 3: Minas Gerais - Participação das variáveis: número de empresas, pessoal ocupado e remunerações, por atividade econômica, segundo porte das empresas (em %, média 2009 a 2011)

Minas gerais média (2009/2011)	Comércio	Extrativa Mineral	Indústria de transformação	Construção	Transporte	Outros serviços	Total
Nº de empresas							
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
MPE	99,4%	98,7%	97,9%	96,8%	97,3%	99,1%	98,9%
Médias	0,4%	1,0%	1,8%	2,7%	1,3%	0,5%	0,7%
Grandes	0,2%	0,3%	0,4%	0,5%	1,3%	0,4%	0,3%
Pessoal ocupado							
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
MPE	84,0%	39,0%	50,4%	41,2%	44,6%	68,4%	63,8%
Médias	6,3%	12,3%	22,5%	29,1%	9,9%	6,1%	14,0%
Grandes	9,8%	48,7%	27,0%	29,7%	45,5%	25,6%	22,3%
Remuneração							
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
MPE	71,9%	19,0%	29,5%	28,8%	31,8%	46,9%	40,5%
Médias	10,0%	12,6%	24,8%	31,1%	11,4%	9,6%	18,6%
Grandes	18,1%	68,5%	45,8%	40,1%	56,8%	43,5%	40,9%

Fonte: adaptado de Pesquisas anuais do IBGE; elaboração FGV. SEBRAE 2014

Com base nos dados demonstrados pelo quadro 3, verifica-se que no estado de Minas Gerais, no tocante ao número de unidades locais, as MPE's aparecem com o maior percentual de participação em todas as atividades (em média no total das atividades pesquisadas = 98,9%). (SEBRAE, 2014)

As MPE's participam com os maiores percentuais em termos de pessoal ocupado em diversas atividades pesquisadas (em média no total das atividades pesquisadas = 63,8%); analisando separadamente as MPE's se destacam nas seguintes atividades: comércio (84,0%), indústria de transformação (50,4%), construção (41,2%) e outros serviços (68,4%). (SEBRAE, 2014)

Em termos de remunerações as MPE's detêm as maiores participações nas atividades de comércio (71,9%) seguindo a tendência da região sudeste e, por conseguinte a nacional, e outros serviços (46,9%). (SEBRAE, 2014)

Percebe-se, a partir dos dados apresentados, a relevância das MPEs no cenário econômico nacional, constituindo importante fator de geração de renda e emprego para o país.

2.1.3 Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas

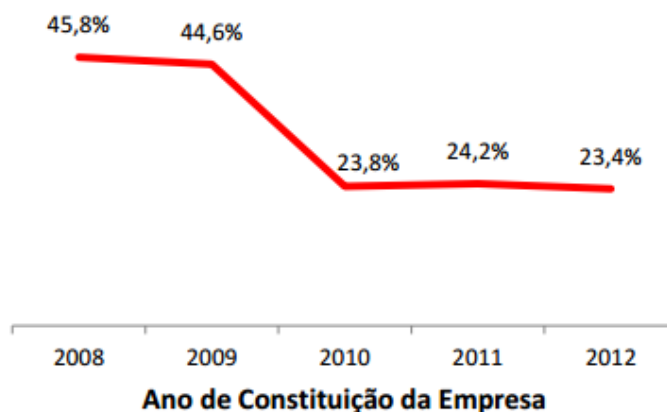
O fechamento prematuro das Micro e Pequenas empresas (MPE's) no país tem sido uma das preocupações da sociedade, particularmente, para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte. (ALBUQUERQUE, 2004)

Pizzani (2004) descreve em seu estudo que no período de 1995 a 2004, de acordo com o SEBRAE, verifica-se uma tendência de queda na taxa de mortalidade nas empresas com um, dois, três e quatro anos de atividade. Porém, aumentou a taxa de mortalidade das empresas mais de cinco anos de atividade. A redução da taxa de mortalidade de empresas até quatro anos está associada a diversas razões, tais como a melhora do perfil do empresário (ex. maior escolaridade, maior busca de apoio, maior planejamento e maior capacitação pessoal), assim como à melhora do ambiente de negócios, tais como: estabilidade de preços, retomada do crescimento econômico e ampliação das políticas de apoio às empresas de micro e pequeno porte. (SEBRAE-SP, 2008; PIZZANI, 2004)

A sobrevivência das MPE's é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do país (SEBRAE, 2011). Em estudo desenvolvido pelo SEBRAE, denominado "Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil", publicado em 2016, tomando como

referência as empresas brasileiras constituídas em 2012, e as informações sobre estas empresas disponíveis na Secretaria da Receita Federal (SRF) até 2014, a taxa de mortalidade das empresas com até 2 anos de atividade foi de 23,4% (Figura 1). Essa taxa foi a menor taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos já calculada. (SEBRAE 2016)

Figura 1: Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, evolução no Brasil



Fonte: Sebrae-NA, a partir de processamento das bases de dados da SRF disponíveis até 2014.

Verificou-se que, segundo o SEBRAE³, em 2010, 58% das empresas de pequeno porte fecharam as portas antes de completar cinco anos. Em relação a 2009, este índice era de 62%. Entre os principais motivos descritos pelos empreendedores estão a falta de clientes (29%), capital (21%), concorrência (5%), burocracia e os impostos (7%). Segundo o SEBRAE³, outros fatores influenciam no processo de mortalidade das MPE's como a falta de planejamento, de técnicas de marketing, de avaliação de custos e fluxo de caixa, entre outros.

Conforme Pizzani (2004), na busca de explicações para a persistente mortalidade precoce das MPE's, parece-nos válido explorar as possibilidades dessa morte prematura ocorrer em função de problemas mal resolvidos.

Entretanto, quando se fala no índice de mortalidade das MPE's alguns fatores são mais citados: falta de aptidão, conhecimento e interesse por parte do empreendedor, desconhecimento ou pouco conhecimento do mercado em questão, alto endividamento comprometendo toda a estrutura de capital da empresa, repentinas crises econômicas, descontrole financeiro, entre outros. (SEBRAE, 2012).

Apesar de estes serem os mais citados, um dos mais influentes fatores nesse processo

³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>>, Acesso em: 26/10/2016.

de mortalidade das MPE's, e que não costuma ser analisado pelos empreendedores nas MPE's, é o descontrole financeiro por parte do proprietário (SEBRAE, 2012).

Assim, as decisões tomadas pelos responsáveis pela gestão são vitais para a continuidade da empresa e, se essas decisões estiverem subsidiadas por dados e informações corretas, muito contribuirão para uma decisão acertada. Dessa forma, a utilização das informações contábeis será útil para o processo decisório. (PIZZANI, 2004)

2.2 A Contabilidade como Instrumento para Tomada de Decisão

Em 1966, a “*American Accounting Association*”⁴ elaborou o documento “*A Statement of Basic Accounting Theory*”⁵ (ASOBAT), que é considerado como o primeiro quadro conceitual que enfatizou a importância dos usuários e suas decisões para as práticas contábeis. A contabilidade foi definida em termos da sua utilidade e descrita como “[...] o processo de identificação, mensuração e comunicação de informações econômicas a fim de permitir julgamentos e decisões fundamentadas por parte dos usuários da informação” (YOUNG, 2006, p. 587; apud GAFFIKIN, 2005, p. 14).

Segundo Arend e Greco (1996, p.11) “A Contabilidade registra, estuda e interpreta (analisa) os fatos financeiros e/ou econômicos que afetam a situação patrimonial de determinada pessoa, física ou jurídica.”

De acordo com Basso (1996), a contabilidade é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular, resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômico-financeira. (BASSO, 1996)

Segundo Iudícibus (1997, p.26) a contabilidade pode ser conceituada como sendo: “... o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação.”

Para o mesmo autor, a mensuração é uma das preocupações mais antigas do homem e um dos problemas que mais afligem as sociedades humanas. De maneira geral, “[...] tudo que é mensurável é mais suscetível de ser analisado e melhorado”. (IUDÍCIBUS, 2009, p. 178)

⁴ Associação Americana de Contabilidade

⁵ Uma instrução da teoria básica de contabilidade

Segundo Marion (2009), a gestão contábil coleta dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Nos diversos conceitos apresentados, observa-se a importância da informação gerada para evidenciar a situação econômica, financeira e patrimonial e sua utilidade para a tomada de decisão.

2.2.1 Contabilidade Financeira

As principais referências conceituais em termos de definição dos objetivos da Contabilidade Financeira provêm dos órgãos reguladores, em especial, o *International Accounting Standard Board*⁶ (IASB), em nível mundial, *Financial Accounting Standard Board*⁷ (FASB), no ambiente norte-americano, e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando se trata do Brasil. No quadro 4 podemos observar os objetivos da Contabilidade Financeira segundo cada um desses três órgãos (FREZATTI *et. al*, 2007).

Quadro 4: Conceitos e objetivos da contabilidade financeira

Fontes	Conceito/objetivo sobre Contabilidade Financeira
IASB (1989)	O objetivo das demonstrações contábeis é dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma empresa que sejam úteis a um grande número de usuários em suas tomadas de decisão.
FASB (1980)	A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais e em potencial, bem como para outros usuários que visem à tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes.
CVM (1986)	Permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Para a consecução desse objetivo, é preciso que as empresas deem ênfase à evidenciar de todas as informações que permitam não só a avaliação da sua situação patrimonial e das mudanças desse patrimônio, mas, além disso, que possibilitem a realização de inferências sobre o seu futuro.

Fonte: Adaptado de Frezatti, 2007.

⁶ Padrão de contabilidade internacional

⁷ Padrão da contabilidade financeira

A contabilidade financeira é a contabilidade desenvolvida com base nos aspectos legais, voltada aos princípios contábeis, na finalidade de trazer transparência aos atos e fatos que ela registra. Podendo ser classificada como a Contabilidade para usuários externos. Para a denominada Contabilidade Financeira, existem vários usuários, tais como os acionistas controladores, os gestores, os órgãos que representam o governo, os credores etc. (FREZATTI *et. al*, 2006)

Nesse mesmo sentido, o pronunciamento conceitual básico, o CPC 00 (2011), explicita: “o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e decisões econômicas.”. Do estudo de Padoveze, (2008, p.237), podemos extrair o seguinte quadro demonstrativo (Quadro 5), com as características mais preponderantes da contabilidade financeira segundo o referido autor.

Quadro 5: Características da Contabilidade financeira

Fator	Contabilidade financeira
Usuários dos relatórios	Internos e Externos
Objetivos dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários
Forma de relatório	Balço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das origens e aplicações de recursos e demonstração das mutações do patrimônio líquido
Frequência de relatórios	Anual, trimestral e ocasionalmente, mensal
Restrições das informações	Princípios contábeis e legislação vigente
Características da informação	Objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo

Fonte: Padoveze, (2008, p. 237)

Por meio do quadro 5, podemos inferir que a contabilidade financeira consiste em sistema de informações que orienta diversos usuários concomitantemente, sejam eles os empresários que necessitam de informações para a tomada de decisão, ou até mesmo o governo em sua finalidade arrecadatória, fazendo uso das informações contábeis financeira como instrumento de controle arrecadatório.

2.2.2 Relação da Contabilidade Financeira com a Contabilidade Fiscal

Iudícibus e Marion (2000) abordam que a contabilidade auxilia o administrador a tomar decisões, pois ela coleta dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os na forma de relatórios.

Comentam ainda Iudícibus e Marion (2000) que, frequentemente, várias empresas, principalmente as MPEs, têm encerrado suas atividades ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência em decorrência de decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis.

Nestes casos, é possível constatar que a contabilidade tem sido elaborada única e exclusivamente para atender ao fisco. (ALBUQUERQUE 2004)

Para Carvalho e Nakagawa (2004), a maioria dos relatórios contábeis apresentados estariam engessados, além de serem altamente influenciados pelas legislações fiscais, fato que dificulta a apresentação das informações gerenciais necessárias.

A contabilidade é a ciência que tem como finalidade o controle do patrimônio, exercido para diversas finalidades no intuito de informar ao seu usuário a situação patrimonial e financeira de determinada entidade, para que possa avaliar a decisão antes de tomá-la. (CPC 00).

A partir dessas palavras extraímos que a contabilidade é uma ciência da informação. Concomitante a isso, surge a atividade fiscal exercida por meio de instrumentos contábeis. Em virtude de o Estado necessitar de arrecadação incidente sobre os diversos setores produtivos, sendo essa necessária para a manutenção da máquina governamental, para a sustentação do Estado em suas atribuições sociais e para aplicação na melhoria da qualidade de vida da população. (MERLO *et. al*, 2005).

Com a globalização da economia tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário. Sabe-se que os tributos representam uma parcela significativa dos custos das empresas, senão a maior. (MERLO *et. al*, 2005). Devendo o contador respeitar os dizeres legais ao se deparar com tal atividade, constituindo uma relação legal definida por Fontanella (2001, p. 126) como “elisão tributária, que consiste em evitar a obrigação tributária ou reduzir o montante do tributo, sem que tal fato implique em infringir a legislação tributária”.

Atentando ao fato de que, como exposto outrora, a simples escrituração fiscal, é

confundida com a contabilidade. Segundo Frey e Frey (2015), no Brasil, por vezes, a contabilidade é conhecida pelos pequenos empresários como um elo entre a empresa e o fisco. Na concepção de muitos empresários, a contabilidade tem como papel fundamental, a redução da carga tributária, emissão de guias, preenchimento de formulários e impressão de livros fiscais. A contabilidade é um sistema de informações. Portanto, a escrituração fiscal é apenas uma pequena parcela do que vem a ser contabilidade. (FREY e FREY, 2015)

Um estudo de Costa e Yoshitake (2004) sobre o controle e a informação contábil nas pequenas empresas da cidade de Formiga, Minas Gerais, evidenciou que essas organizações não utilizam as demonstrações financeiras produzidas pela contabilidade (possivelmente porque estas não retratem a realidade), devido ao receio dos empresários em onerar a carga tributária. Além disso, o estudo revelou que os pequenos empresários associam a contabilidade com a legislação tributária, cujas alterações, conforme a maioria das empresas, representam a principal informação gerada pela contabilidade.

Consequente a este fato, a contabilidade com finalidade fiscal tem recebido maior ênfase, em detrimento a informação contábil financeira (escrituração contábil mercantil). Como apontado por Frey e Frey (2015), em sua pesquisa, dos pequenos empresários pesquisados, apenas 21,1% efetivamente fazem contabilidade ou escrituração mercantil, sendo que os demais fazem escrituração fiscal, que não pode ser considerada como sendo contabilidade. E, ainda, destes 21,1%, nem a metade dos que fazem contabilidade completa a fazem para utilizá-la como instrumento de gestão.

Por meio do exposto, consegue-se visualizar que por confundir a informação contábil financeira com a informação fiscal, o gestor deixa de usar um importante instrumento de controle e tomada de decisão. (FREY e FREY, 2015)

2.2.3. Tomada de Decisão em Micro e Pequenas Empresas

Os microempresários, no dia a dia do desenvolvimento dos seus negócios, deparam-se com várias decisões a serem tomadas. Apesar de muitos se considerarem autossuficientes e seguros, encontram-se indecisos em muitos momentos, sendo essencial a prática desenvolvida em experiências anteriores. (BARBER *et. al*, 1989 *apud* CARULLO, 1998).

A todo o momento, os membros de uma organização se deparam com situações nas quais têm que escolher entre as alternativas que lhe são apresentadas. Estas escolhas são realizadas em toda a organização, por membros de quaisquer níveis, e impactam o

desempenho desta. (VENTURINI, 2009).

Vanelle *et. al* (2007), expõem que a tomada de decisão em MPE's, é baseada na experiência prática do gestor em detrimento ao uso das informações contábil financeiras.

Lima *et. al* (2004) verificaram que a maioria dos gestores não utiliza as informações contábeis na administração do negócio, motivados principalmente pelo não entendimento dos benefícios que poderiam trazer na gestão da empresa e, devido a esse fato, consideram a Contabilidade apenas como uma despesa a mais e que não agrega valor ao empreendimento.

Em face dessa realidade, muitas MPE vêm fechando suas portas antes de completar cinco anos de atividade. (SEBRAE 2014). Maciel *et. al* (2002) afirmam que isso geralmente ocorre devido a gestão inadequada, que pode ocorrer por falta de fornecimento de informações úteis para a gestão, levando as empresas à descontinuidade.

Stroehner e Freitas (2006) complementam que, devido ao pequeno empresário, na maioria dos casos, não possuem os conhecimentos contábeis suficientes, por vezes, não conseguem avaliar importância da informação contábil. Segundo os autores, os empresários estão mais preocupados com as informações de ordem tributária fornecidas pela Contabilidade, relacionando o contador a questões tributárias, como mecanismos para escapar da tributação, deixando de lado o planejamento, a organização, o controle, e outras atribuições básicas da função administrativa.

2.2.4 Importância da Contabilidade Financeira na Tomada de Decisão

Toda empresa, independentemente de seu porte, encontra-se inserida num ambiente social, empresarial e econômico, aos quais deve estar completamente adaptada para que possa cumprir efetivamente seu papel, seja na satisfação das necessidades de seus clientes seja na geração de recursos que remunerem o capital investido pelo proprietário. (OLIVEIRA, 2000)

Relativamente às MPE's, há controles deficientes e falta de informações úteis para a tomada de decisão. Com isso, tem-se na Contabilidade o instrumento que, sendo bem utilizado, suprirá a administração dessa necessidade básica. (OLIVEIRA, 2000)

A contabilidade somente trará informações de qualidade para a tomada de decisão se os documentos forem lançados adequadamente e se o registro dos atos e fatos for feito coerentemente. (CONSTANTE, 2015)

Fortes (2005, p. 53), aponta que “as informações contábeis quando tratadas de forma

integrada e global, envolvendo a área de produção, administrativa, vendas e financeira, tornam-se o mais importante instrumento para a tomada de decisões”.

Nunes e Serrasqueiro (2004) constataram, em empresas portuguesas, que os empresários que elaboram a Contabilidade internamente dão maior importância à informação gerada por ela e levantam a hipótese de que, quando a Contabilidade é feita externamente, a principal finalidade será para propósitos fiscais e legais. Verificaram ainda que o nível de formação do empresário exerce influência na elaboração da contabilidade interna ou externamente

Citam-se outros estudos já realizados a respeito da utilidade da Contabilidade nas MPEs. Ramos *et. al* (2000) demonstraram que os pequenos empresários, clientes de escritórios da cidade de Ipatinga, Minas Gerais, veem na Contabilidade um simples instrumento de registro para atendimento das exigências fiscais. Pires *et. al* (2004) encontraram resultados semelhantes na cidade de Glória, Espírito Santo, onde os escritórios não atendem satisfatoriamente às necessidades dos clientes. Miranda *et al.* (2008) observaram que grande parte dos gestores de pequenos “mercadinhos” na periferia de Recife, Pernambuco, ainda percebe os contadores apenas como provedores de serviços relacionados ao recolhimento dos impostos e dos encargos sociais.

Segundo Figueiredo (2003), o sistema contábil é o mais amplo sistema formal de informações econômico-financeiras dentro da empresa, oferecendo aos administradores informações usadas como base do processo de planejamento, execução e controle das atividades empresariais, em âmbito interno e externo das organizações. Assim, prescindir do uso das informações contábeis, seria procedimento bastante prejudicial para as MPEs. Através das informações geradas pela contabilidade, podem ser detectados vários problemas que, normalmente, não são fáceis de se identificar, facilitando em muito o trabalho do administrador.

O autor ressalta ainda que algumas informações contábeis podem ter grande repercussão para a tomada de decisões dos gestores das micro e pequenas empresas: demonstrativos de fluxo de caixa, de contas a pagar, contas a receber, folha de pagamento, controle do ativo imobilizado, dos custos, a própria Demonstração do Resultado do Exercício, simulações de preços e resultados baseadas em dados contábeis, etc. É notório que a Contabilidade pode ser um instrumento de grande utilidade para as MPEs, contrariando a ideia de que ela serve apenas para fins fiscais. (FIGUEIREDO, 2003)

2.2.5. Instrumentos da Contabilidade Financeira

Como apresentado outrora, a contabilidade deve ter como características, gerar informações que possam ser úteis para a administração tomar decisões, nesse aspecto deve ser útil, oportuna, clara, íntegra, relevante, flexível, completa e preditiva, possibilitando fornecer indicadores de tendências, sendo assim poderá ser possível estar direcionada à gerência do negócio. (OLIVEIRA *et. al*, 2000).

Constante (2015) defende que para a informação contábil seja útil, deverá respeitar as seguintes especificações: analisar se os registros estão sendo classificados corretamente; compreender quais são as informações contábeis mostradas com relação ao problema que houve, há ou haverá e; perceber de que forma essas informações poderão ajudar na solução dos problemas, ou seja, identificar o melhor caminho a ser seguido.

Segundo o pronunciamento conceitual básico, o CPC 00 (2011), são duas as características qualitativas obrigatoriamente presentes nas Demonstrações Contábeis e reputadas como as mais úteis para os usuários e as únicas denominadas como fundamentais; a Relevância e a Representação Fidedigna.

A Relevância diz respeito à influência de uma informação contábil na tomada de decisões. As informações são relevantes quando fazem a diferença nas decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados ou corrigindo as suas avaliações anteriores (valor confirmatório), ou ajudando-os nos processos para prever resultados futuros (valor preditivo). A Relevância depende da natureza e também da materialidade (tamanho) do item em discussão. (CPC 00, 2011)

A Representação Fidedigna diz respeito a três atributos: a informação precisa ser completa, neutra e livre de erro. Para ser completa, precisa conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado. Para ser neutra, precisa estar desprovida de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos. Ser livre de erro não significa total exatidão, mas sim, que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativa, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente reveladas. (CPC 00, 2011)

Toda informação contábil que apresenta essas características, pode se tornar elemento capaz de direcionar o gestor a melhor tomada de decisão, fazendo uso de ferramentas que

transformarão os dados em informação.

No quadro 6 a seguir, observa-se as demonstrações contábeis e estão elencadas algumas das principais características das mesmas.

Quadro 6: Demonstrações contábeis e suas características

Balanco Patrimonial (BP)	O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. A Análise do Balanço oferece um diagnóstico sobre a real situação econômico-financeira da organização, sendo considerada uma das principais ferramentas que auxilia a tomadas de decisões ⁸ .
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. Por meio da DRE, ⁹ comparam-se receitas e despesas, e ao observar a relações entre elas podem-se encontrar estruturas ideais e componentes que contribuam para decisões administrativas.
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	A DLPA evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido. Através dela, pode-se visualizar de que forma o lucro gerado no período foi distribuído entre os proprietários, bem como a parcela que permanece retida e irá ser reinvestida no próprio negócio.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é facultativa de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da Lei das S/A, porém tornou-se obrigatória de acordo com o CPC 27, em substituição à DLPA. A DMPL uma demonstração mais completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Por meio da análise dessa demonstração pode-se verificar o desempenho financeiro das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. (MARION, 2009).
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. Por meio da análise da DVA é possível verificar como se deu a distribuição de riqueza gerada pela entidade, quanto ficou com o governo, com os sócios e com os empregados por exemplo. (MARION, 2009).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para Hall *et al.* (2008), a análise das demonstrações contábeis citadas acima permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada e estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. A finalidade é encontrar os pontos fracos e fortes do

⁸ Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm>>

⁹ Disponível em:

<http://www.sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/ivconvencao/kenia_fabiana_e_lilia_viviane_teor_da_contabilidade_dre.htm>

processo operacional e financeiro da empresa. Com o acompanhamento periódico dos indicadores se terá uma visão real das operações e do patrimônio empresarial, e poderão ser tomadas medidas corretivas do rumo dos negócios.

As principais técnicas de análise das demonstrações financeiras utilizadas são: análise horizontal e vertical, análise dos indicadores econômico-financeiros, tais como índices de liquidez, endividamento e rentabilidade.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Triviños (1987), a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Com relação a abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. (GOLDENBERG, 1997).

Quanto ao procedimento recorreu-se ao levantamento por amostragem. Segundo Fonseca (2002), aponta que este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população (também designado censo). Na presente pesquisa será utilizada a amostragem.

Entre as vantagens dos levantamentos, temos o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez, e obtenção de dados agrupados em tabelas que possibilitam uma riqueza na análise estatística. Os estudos descritivos são os que mais se adequam aos levantamentos. Exemplos são os estudos de opiniões e atitudes (GIL, 2007).

Como meio de pesquisa, foi utilizada a pesquisa de campo. Segundo Fonseca (2002) a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, como recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação e pesquisa participante).

O instrumento de pesquisa do presente estudo foi um questionário, constituído de 23 questões de múltipla escolha. O mesmo pode ser visualizado através do Anexo 1. O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado. (Gil, 1999).

Para realizar o tratamento dos dados, utilizou-se análise qualitativa dos resultados. Os dados qualitativos mostram grande diversidade. Estes não incluem contagens e medidas, mas sim praticamente qualquer forma de comunicação humana- escrita, auditiva ou visual; por comportamento, simbolismo ou artefatos culturais. O tipo mais comum de dados qualitativos

usado em análise é o texto, que pode ser uma transcrição de entrevista ou notas de campo de trabalho etnográfico ou outro tipo de documento. (GIBBS 2009, pág 15-16)

Para análise dos resultados referentes a frequência de resposta, utilizou-se também de análise quantitativa no intuito de descrever a frequência acumulada e relativa dos resultados obtidos.

No presente estudo, os participantes são os contabilistas os quais residem na cidade de Juiz de Fora- MG, donos de escritório de contabilidade que prestam serviços terceirizados. Num primeiro momento, estes contabilistas foram selecionados pelo banco de dados da Delegacia Regional do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MG) e esta mesma entidade se encarregou de intermediar o envio por e-mail do link para o questionário (Anexo1) disponibilizado em plataforma DOCS do Google Drive, referente a coleta de dados desta pesquisa.

Conforme a Delegacia Regional do Conselho Regional de Contabilidade, os e-mails foram enviados para 1438 inscritos no devido conselho (CRC-MG), dentre esses 243 e-mails foram lidos e 23 questionários foram respondidos no período de 21 de junho de 2016 a 07 de julho de 2016, conseguindo atingir 10% dos leitores.

Posteriormente, com intuito de aumentar a amostra deste estudo, foi pesquisado via internet no site “acessa.com” os telefones dos escritórios de contabilidade residentes na cidade de Juiz de Fora- MG para efetuar contato e solicitar possível participação no estudo.

Nesta etapa, foram enviados 70 questionários para os escritórios de contabilidade na cidade de Juiz de Fora- MG no período de 23 de agosto de 2016 a 30 de outubro de 2016. Dos questionários enviados, 9 foram respondidos, somados aos 23 questionários anteriormente respondidos por intermédio do CRC-MG. Ao final, obteve-se o quantitativo total de 32 respostas. A identificação do contabilista foi preservada, não integrando os dados do questionário.

O questionário (Anexo 1) é constituído de duas partes: a primeira, a qual aborda o perfil do contabilista ou escritório contábil; e a segunda parte aborda a percepção em relação ao perfil dos clientes. A primeira parte do questionário apresenta 14 perguntas e a segunda parte 9 perguntas, onde ambas são de múltipla escolha sendo que alguns itens admitiam mais de uma resposta. O questionário teve caráter objetivo, com intuito de reduzir ao máximo o número de abstenções e não foi admitido itens sem marcação de resposta.

4- ANÁLISES DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo, serão apresentados os principais resultados obtidos com a pesquisa de campo. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário dividido em duas partes, conforme apontado no capítulo 3. Na primeira parte procurou-se traçar o perfil do profissional contábil na cidade de Juiz de Fora- MG, através de 14 perguntas de múltipla escolha. Na segunda parte, serão exploradas as questões relativas à percepção do contabilista em relação ao perfil dos clientes MPE. Sempre que possível, os resultados da segunda parte foram comparados com os resultados obtidos pelas perguntas da primeira parte, buscando extrair relações significativas que ajudem a explicar as respostas obtidas através do cruzamento de informações.

Cabe aqui ressaltar que os resultados apresentados nesta pesquisa não podem ser generalizados para todos os profissionais de contabilidade de Juiz de Fora, uma vez que, conforme ressaltado no capítulo 3, a amostra utilizada não se mostra representativa para o universo de contabilistas registrados na cidade. Sendo assim, as análises e resultados apresentados nas sessões seguintes são válidos apenas para o intervalo de dados observados.

4.1 Perfil do contabilista ou escritório contábil

De acordo com a primeira etapa do questionário “Perfil do contabilista ou escritório contábil”, conforme Anexo 1, observa-se que em relação a variável tipo de prestação de serviços, 59,4% dos contadores são individuais, enquanto 40,6% são empresas contábeis. (Tabela 1).

Comparando o exposto no presente estudo com os dados disponíveis no site do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)¹⁰ observa-se que o percentual de contabilistas que exercem atividades por meio de empresa contábil no estado de Minas Gerais é de 60,44%; e o percentual de contabilistas que exercem atividade de forma individual é 39,56%. Sendo assim, pode-se dizer que os resultados da presente pesquisa com relação ao tipo de serviço prestado corroboram com as estatísticas oficiais para o estado de Minas Gerais.

¹⁰ Os dados referentes ao CFC estão disponíveis em: ><http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx><. Acesso em: 17/01/2017.

Tabela 1: Tipo de Prestação de Serviço

Tipo de prestação de serviço	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contador individual	19	40,60%
Empresa contábil	13	59,60%
Total	32	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a Tabela 2, dentre os contabilistas, que responderam exercer a atividade por meio de empresa contábil, 72,2% apontaram que seus escritórios de contabilidade são formados por 2 sócios; os que possuem 3 e 4 sócios são 11,1% e 5 sócios corresponde a 5,6%. Aqueles que trabalham de forma autônoma são 40,6% dos respondentes.

Tabela 2: Em caso de sociedade, quantos são os sócios responsáveis

Número de sócios	Frequência absoluta	Frequência relativa
2 sócios	8	61,54%
3 sócios	2	15,38%
4 sócios	2	15,38%
5 sócios	1	7,70%
Total	13	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados da Tabela 3 demonstram que quanto ao número de funcionários, foi observado que os escritórios apresentaram: 65,6% com 1 a 5 funcionários; 15,6% com 5 a 10 funcionários; 12,5% com 10 a 20 funcionários; 3,1% com 20 a 50 e mais de 50 funcionários respectivamente. Dessa forma, percebe-se na amostra pesquisada, a prevalência de empresários individuais e pequenas sociedades constituídas de até 5 funcionários.

Tabela 3: Número de funcionários

Número de funcionários	Frequência absoluta	Frequência relativa
1 a 5	21	65,63%
5 a 10	5	15,63%
10 a 20	4	12,50%
20 a 50	1	3,13%
Mais de 50	1	3,13%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto ao sexo dos participantes, observa-se na Tabela 4 que 43,8% dos respondentes são do sexo feminino, em contrapartida 56,3% são do sexo masculino. Observando os dados

oficiais do CFC¹¹ quanto o percentual de profissionais de ambos os sexos, referente ao estado de Minas Gerais, observa-se que 54,93% dos profissionais da área contábil, no estado de MG, são do sexo masculino e 45,07% são do sexo feminino. Novamente, os resultados da pesquisa convergem para as estatísticas do estado de Minas Gerais apresentadas pelo CFC.

Tabela 4: Sexo

Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Masculino	18	56,25%
Feminino	14	43,75%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto a faixa etária observa-se na Tabela 5 que 6,3% dos participantes têm até 24 anos; 46,9% dos participantes possui idade entre 25 a 34 anos; 31,3% tem idade entre 35 a 49 anos, e 15,6% dos participantes assinalaram idade acima de 50 anos. Sendo assim, observa-se a prevalência de profissionais jovens com até 34 anos, somando o percentual de 53,2% dos contabilistas entrevistados.

Tabela 5: Faixa etária

Faixa etária	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 24	2	6,25%
De 25 a 34	15	46,88%
De 35 a 49	10	31,25%
Mais de 50	5	15,63%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação a variável escolaridade, através da Tabela 6 observa-se que 21,9% dos respondentes possui nível técnico; 37,5% possui como nível de escolaridade a graduação; 34,4% possui nível de especialização e 6,3% possui mestrado como nível de escolaridade. Dentre os respondentes, nenhum apontou possuir doutorado como nível de escolaridade.

Dessa forma, consegue-se inferir que para a amostra desta pesquisa realizada na cidade de Juiz de Fora- MG, 21,9% dos profissionais são técnicos e 78,1% dos profissionais são graduados.

¹¹ Os dados observados estão disponíveis em <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em 17/01/2017.

Tabela 6: Escolaridade

Escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Técnico	7	21,88%
Graduado	12	37,50%
Especialização	11	34,38%
Mestrado	2	6,25%
Doutorado	0	0,00%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando os dados referentes a escolaridade dos profissionais de contabilidade segundo dados transcritos no sitio virtual do CFC¹², nota-se estatísticas divergentes a da presente pesquisa quando se observa o estado de Minas Gerais como um todo. Verifica-se que a classificação dos profissionais que o devido conselho faz, se restringe a distinguir a escolaridade em nível técnico e graduação. E pode-se visualizar que esta distribuição, para o estado de Minas Gerais, está registrada da seguinte maneira: Os profissionais que possuem registro ativo e têm nível técnico como escolaridade representam 54,92%; e os demais 45,08% dos profissionais registrados no estado de Minas Gerais são graduados.

Quanto ao tempo atuando no mercado, consegue-se observar através da Tabela 7 que: 31,3% dos respondentes atuam no mercado no período de 0 a 5 anos; 12,5% vêm atuando no mercado de 6 a 10 anos; 18,8% atua no mercado no período de 11 a 20 anos; e 37,5% atua no mercado contábil a mais de 20 anos.

Tabela 7: Tempo atuando no mercado

Tempo de trabalho	Frequência absoluta	Frequência relativa
0 a 5 anos	10	31,25%
6 a 10 anos	4	12,50%
11 a 20 anos	6	18,75%
Mais de 20 anos	12	37,50%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os respondentes que mencionaram atuar no mercado no período de 0 a 10 anos, observa-se que esse grupo é formado por 15 profissionais e com relação a idade desses entrevistados, verifica-se que: 2 possuem idade até 24 anos; 8 possuem idade de 25 a 34 anos;

¹² Os dados observados estão disponíveis em <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em 17/01/2017.

4 possuem idade de 35 a 49 anos; e 1 idade acima de 50 anos. Portanto, 67% dos profissionais que estão no mercado a no máximo 10 anos constituem-se de jovens de até 34 anos.

Com relação aos profissionais da área contábil atuantes a mais de 20 anos no mercado, totalizaram 12 contabilistas e consegue-se verificar que 75% destes profissionais possuem idade superior a 35 anos.

Utilizando os dados expostos na Tabela 8 a seguir, observa-se os ramos de atividade para os quais os contabilistas da cidade de Juiz de Fora- MG vem prestando serviços. É possível inferir que: dentre os respondentes, 68,8% prestam serviços para os microempreendedores individuais (MEI); 78,1% apontaram prestar serviços para as microempresas (ME); 75% apontaram prestar serviços para empresas de pequeno porte (EPP); 53,1% dos respondentes apontaram prestar serviços a empresas de médio porte (EMP), e 18,8% apontaram prestar serviços a empresas de grande porte (EGP).

Tabela 8: Ramos para os quais presta serviço

Ramos que presta serviço	Frequência absoluta	Frequência relativa
Microempreendedor individual	22	68,75%
Microempresa	25	78,13%
Empresa de pequeno porte	24	75,00%
Empresa de médio porte	17	53,13%
Empresa de grande porte	6	18,75%
Organização sem fins lucrativos	11	34,38%
Instituições de ensino e, ou religiosas	4	12,50%
Serviços a particulares	12	37,50%
Instituições agrícolas	5	15,63%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda com relação aos dados referentes ao ramos de prestação de serviço, verifica-se que 34,4% prestam serviços para as organizações em fins lucrativos; 4 praticantes apontaram prestar serviços para instituições de ensino ou religiosas , representando 12,5%; 37,5% dos respondentes disseram prestar serviços à particulares, como condomínios, empregadores domésticos, representando 12 respondentes; quanto instituições agrícolas observa-se que 5 dos respondentes apontaram prestar serviços a esse ramo de atividade.

Dentre os participantes, observa-se que: 59,4% possuem de 0 a 19 micro e pequenas empresas das quais os participantes são responsáveis pela contabilidade; 12,5% apontaram ser responsáveis pela contabilidade de 20 a 39 micro e pequenas empresas; 18,8% dos respondentes disseram que possuem entre 40 a 59 micro e pequenas empresas as quais são

responsáveis pela contabilidade; 9,4% apontaram possuir mais de 60 micros e pequenas empresas pelas quais são responsáveis pela contabilidade. A Tabela 9 a seguir resume os resultados para esta questão, ficando clara a percepção já apontada anteriormente de que os entrevistados se constituem de pequenos empresários.

Tabela 9: Quantas microempresas e empresas de pequeno porte você é responsável pela contabilidade?

Total de MPEs	Frequência absoluta	Frequência relativa
0 a 19	19	59,38%
20 a 39	4	12,50%
40 a 59	6	18,75%
Mais de 60	3	9,38%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Através da Tabela 10 observa-se que: 40,6% dos participantes apontaram conhecer bem a respeito de controles internos; 43,8% apontaram ter conhecimento suficiente sobre controles internos; 15,6% apontaram possuir pouco conhecimento a respeito de controles internos; e nenhum dos participantes apontou não possuir conhecimento a respeito de controles internos.

Tabela 10: Qual é seu nível de conhecimento a respeito de controles internos (controle físico de ativos e geração de informação para controle de disponibilidade e de registro)?

Percepção sobre controles internos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Conhece bem	13	40,63%
Conhece o suficiente	14	43,75%
Conhece pouco	5	15,63%
Não conhece	0	0,00%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Comparando os dados apresentados para esta questão com o nível de escolaridade, verifica-se que o quantitativo de participantes que apontaram conhecer bem a respeito de controles internos é de 13, sendo que 85% destes respondentes são graduados.

A respeito da importância dos controles internos, observa-se através da Tabela 11 que os escolhidos como mais importantes foram: 90,6%, apontaram controles de contas a pagar e receber; 87,5%, apontaram controle de estoque; 71,9%, apontaram o controle de impostos ; e,

62,5%, apontaram controle de resultados.

Tabela 11: A respeito de controles internos, Qual (quais) você considera de principal importância para as MPEs?

Principais controles internos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Controle gerencial de recursos humanos	14	43,75%
Controle de estoque	28	87,50%
Controle físico de ativos	13	40,63%
Controle de contas a pagar e contas a receber	29	90,63%
Controle de acesso a informação	9	28,13%
Controle de impostos	23	71,88%
Controle de resultados	20	62,50%
Controle do imobilizado	10	31,25%
Controle de acesso a ativo	8	25,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base na Tabela 12, observa-se que 31,3% dos participantes do presente estudo consideram que a informação contábil consegue suprir a necessidade de controles internos nas micro e pequenas empresas; 56,3% dos respondentes consideram que a informação contábil é capaz de suprir as necessidades de controles internos nas micro e pequenas empresas em parte; e 12,5% consideram que a informação contábil não consegue suprir as necessidades de controles internos nas micro e pequenas empresas. Tal resultado aponta uma relativa percepção com relação à utilidade da informação contábil.

Tabela 12: Você considera que a informação contábil é capaz de suprir as necessidades de controles internos nas Micro e Pequenas Empresas?

Informação contábil	Frequência absoluta	Frequência relativa
Supre	10	31,25%
Supre em parte	18	56,25%
Não supre	4	12,50%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao questionar os contabilistas da cidade de juiz de Fora- MG, quanto aos relatórios que são ofertados a seus clientes, observa-se na Tabela 13 que os relatórios mais citados foram o balanço patrimonial (BP) e a demonstração do resultado do exercício (DRE), ambos com 90,6%; seguido de livro diário (LD), escolhido por 84,4% dos entrevistados e livro caixa

(LC), com 71,9%.

Tabela 13: Quais relatórios são oferecidos aos clientes?

Relatórios oferecidos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Livro Caixa	23	71,88%
Livro Diário	27	84,38%
Balanco Patrimonial	29	90,63%
Demonstração do Resultado do Exercício	29	90,63%
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	13	40,63%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9	28,13%
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6	18,75%
Demonstração do Valor Adicionado	4	12,50%
Notas explicativas	4	12,50%
Análise das Demonstrações Contábeis	15	46,88%
Nenhum	1	3,13%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio da Tabela 14 observa-se que: 21,9% dos participantes do presente estudo apontaram entregar os relatórios mensalmente; 21,9% dos participantes apontaram que sua entrega de relatórios é trimestral; 3,1% dos participantes apontaram entregar os relatórios com frequência semestral; 31,3% dos participantes apontaram anual como frequência de entrega de relatórios; 18,8% dos participantes apontaram que entregam relatórios somente quando solicitado; e 3,1% dos participantes apontou nunca entregar.

Tabela 14: Qual a frequência de entrega de relatórios

Frequência de entrega	Frequência absoluta	Frequência relativa
Mensal	7	21,88%
Trimestral	7	21,88%
Semestral	1	3,13%
Anual	10	31,25%
Quando solicitado	6	18,75%
Nunca	1	3,13%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando os dados expostos referentes ao questionamento sobre a frequência de entrega dos relatórios contábeis, observa-se que 31,3% dos respondentes apontaram entregar anualmente e 18,8% apontaram entregar os relatórios apenas quando solicitado. Para Nascimento (2008), para obtenção de informações contábeis úteis no processo de gestão deve-

se trabalhar com dados acurados e íntegros, de forma a gerar informações contábeis tempestivas. Desta forma, a entrega de relatórios com uma frequência baixa como apontado na presente pesquisa demonstra-se inconsistente com o propósito de gerar informações tempestivas para a tomada de decisão.

4.2 Percepção em relação ao perfil dos clientes MPE

Os dados transcritos abaixo, se referem a segunda parte do questionário “Percepção em relação ao perfil dos clientes MPE”, tendo como intuito evidenciar a percepção dos profissionais da área contábil do município de Juiz de Fora- MG sobre o uso e finalidade da informação contábil por eles geradas para os clientes MPE.

De acordo com a percepção dos participantes, quanto a finalidade para a qual as MPEs contratam os serviços contábeis, observa-se que 75% dos participantes apontaram que a finalidade é para cumprir obrigações fiscais. Em contrapartida, 25% apontaram como finalidade da contratação de serviços contábeis, o caráter obrigatório da mesma. Nenhum dos participantes apontou como finalidade o fornecimento de informações para análise e tomada de decisão, conforme pode ser visto pela Tabela 15 a seguir.

Tabela 15: Na sua percepção, as MPE’s contratam serviços de contabilidade com qual finalidade?

Finalidade para o cliente	Frequência absoluta	Frequência relativa
Cumprir obrigações fiscais	24	75,00%
Pela Contabilidade ser obrigatória	8	25,00%
Fornecer informações para análise e tomada de decisão	0	0,00%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse resultado corrobora com o estudo de Stroehrer e Freitas (2008), realizado em Porto Alegre-RS, onde três contabilistas e cinco clientes de cada contabilista foram questionados e constatou-se que, para a maioria dos empresários entrevistados, as informações contábeis fornecidas por seus escritórios suprem apenas as necessidades de informação legal e fiscal.

Quanto a percepção dos próprios participantes em relação à principal finalidade do serviço contábil, observou-se que 59,4% responderam que tal finalidade seria de ajudar o

gestor da empresa a atingir os objetivos da organização (Tabela 16).

Tal resultado é coerente com as pesquisas de Carvalho e Nakagawa (2004) e Beuren (2000), que apontam como principal função da contabilidade suprir de informação relevante os gestores, a fim de capacitá-los a alcançar os objetivos da organização com o uso eficiente de seus recursos.

Tabela 16: Quanto sua percepção, o serviço contábil tem como principal finalidade?

Finalidade da contabilidade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Ajudar o gestor a atingir objetivos da organização	19	59,38%
Encontrar meios de reduzir a carga tributária	5	15,63%
Informar órgãos públicos dos dados da empresa	0	0,00%
Cumprir obrigações fiscais	6	18,75%
Servir de banco de dados dos atos e fatos ocorridos	2	6,25%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os 59,4% dos participantes que responderam que a contabilidade tem como principal finalidade ajudar o gestor da empresa a atingir os objetivos da organização, observa-se que 7 destes possuem idade até 34 anos, sendo 1 técnico em contabilidade e 6 graduados. 4 atuantes no mercado no período de até 5 anos e 3 atuantes no mercado a mais de 10 anos. Aqueles com idade acima de 35 anos, totalizando 12 participantes, se distribuem em: 4 técnicos em contabilidade e 8 graduados, 3 atuantes no mercado até 10 anos e 9 atuantes no mercado a mais de 10 anos.

Dos participantes que responderam “encontrar meios para reduzir a carga tributária” observa-se que 4 possuem idade até 34 anos e todos são graduados, 2 atuantes no mercado a até 5 anos e 2 atuantes a mais de 5 anos; observa-se também a presença de mais 1 respondente com idade acima de 35, graduado e atuante a mais de 20 anos.

Os que apontaram como principal objetivo dos serviços contábeis o de cumprir obrigações fiscais, 5 possui idade entre 25 a 34 anos sendo 2 técnicos atuantes no mercado a mais de 20 anos; 3 graduados, desse 2 atuantes no mercado a menos de 10 anos e 1 a mais de 10 anos; e 1 participantes com idade acima de 35 anos, graduado e atuante no mercado até 5 anos.

Quanto a opção “servir como banco de dados dos atos e fatos ocorridos na empresa” obteve 2 respostas de profissionais com mais de 35 anos, com graduação e atuante no mercado a mais de 10 anos.

Percebe-se que os profissionais mais jovens tendem a ter uma percepção mais clara da utilidade da informação contábil para a tomada de decisão. A própria formação dos contabilistas, a partir das mudanças nas normas contábeis, tem buscado um perfil de contabilistas mais alinhado com esse objetivo, conforme visto no referencial teórico.

Com relação a outra variável do presente estudo, a qual propõe aos respondentes indicar sua percepção em relação aos seus clientes, MPEs, conhecerem os relatórios financeiros (demonstrações contábeis) observa-se que: 81,3% dos participantes indicou que seus clientes não conhecem as demonstrações contábeis. Entre os demais participantes 12,5% dos respondentes apontou que os clientes conhecem as demonstrações contábeis e as utilizam e 6,3% dos participantes apontou que os clientes conhecem as demonstrações contábeis, mas não as utilizam. Como demonstrado na Tabela 17 a seguir.

Tabela 17: Em sua percepção, nas MPEs, os empresários conhecem os relatórios financeiros (demonstrações contábeis)

MPEs conhecem as demonstrações contábeis	Frequência absoluta	Frequência relativa
Conhecem e utilizam	2	6,25%
Conhecem, mas não as utilizam	4	12,50%
Não conhecem	26	81,25%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Corroborando com a percepção dos contabilistas do município de Juiz de Fora- MG, Lima *et. al* (2004) verificaram que a maioria dos gestores não utiliza as informações contábeis na administração do negócio, motivados principalmente pelo não entendimento dos benefícios que poderiam trazer na gestão da empresa e, devido a esse fato, consideram a Contabilidade apenas como uma despesa a mais e que não agrega valor ao empreendimento.

Dias filho (2000) verifica que a precária interpretação das informações fornecidas pelos relatórios contábeis se deve ao fato de muitos usuários não conseguirem compreender as informações contidas nos demonstrativos e por não conhecerem o significado de muitos termos que são utilizados na evidenciação de eventos econômicos e financeiros. Tais fatores têm contribuído para que a contabilidade não atinja as finalidades a que se propõe, que é o de comunicação dos eventos econômicos.

Quanto a percepção dos contabilistas em relação ao uso das demonstrações contábeis para fins de análise e tomada de decisão, observa-se através da Tabela 18 que: 16 participantes totalizando 50% do grupo entrevistado, expos que os clientes MPEs nunca fazem uso das

demonstrações contábeis para análise e tomada de decisão. Dentre os demais participantes, 14 deles disseram que seus clientes usam pouco as demonstrações contábeis para análise e tomada de decisão, totalizando 43,8% do total de respondentes. Dos 16 participantes que disseram que seus clientes MPEs nunca fazem uso da contabilidade para tomada de decisão, 4 disseram entregar relatórios contábeis somente quando solicitado pelo cliente e 6 disseram entregar relatórios contábeis com frequência anual. Tal fato reforça o entendimento de que a falta de tempestividade pode contribuir para a desvalorização da informação contábil para a tomada de decisão por parte dos microempresários.

Tabela 18: Em sua percepção, nas MPEs, os empresários fazem uso das demonstrações contábeis para fins de análise ou tomada de decisão, entendida a tomada de decisão como o processo de escolha de um plano de ação entre outras possíveis?

Uso das demonstrações contábeis em MPEs	Frequência absoluta	Frequência relativa
Utilizam sempre	1	3,13%
Utilizam frequentemente	1	3,13%
Utilizam pouco	14	43,75%
Não utilizam	16	50,00%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao observar a percepção dos contabilistas em relação a quais relatórios oferecidos às MPEs são usados para tomada de decisão verifica-se que o balanço patrimonial (escolhido por 34,4%) e a demonstração do resultado do exercício (46,9%) são os relatórios mais usados para tomada de decisão. Chama atenção na Tabela 19 o fato de 28,1% dos respondentes considerarem que seus clientes MPEs não fazem uso de nenhum dos relatórios contábeis listados para tomada de decisão.

Tabela 19: Em sua percepção, dentre os relatórios oferecidos quais as MPEs usam para a tomada de decisão

Relatórios usados por MPEs na tomada de decisão	Frequência absoluta	Frequência relativa
Livro Caixa	7	21,88%
Livro Diário	0	0,00%
Balanço Patrimonial	11	34,38%
Demonstração do Resultado do Exercício	15	46,88%
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	3	9,38%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	1	3,13%
Demonstração dos Fluxos de Caixa	3	9,38%
Demonstração do Valor Adicionado	1	3,13%
Notas explicativas	0	0,00%
Análise das Demonstrações Contábeis	6	18,75%
Nenhum	9	28,13%

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base no questionamento sobre a entrega da documentação necessária para a escrituração contábil e preparação das demonstrações contábeis observa-se na Tabela 20 que: 40,6% dos respondentes disseram que seus clientes entregam a documentação com atraso e incompleta. Desse mesmo grupo pode-se verificar que 2 dos respondentes entregam a relatórios financeiros somente quando solicitado pelo cliente; 6 com frequência anual; e 1 dos respondentes disse nunca entregar relatórios contábeis.

Tabela 20: Entrega da documentação necessária para a escrituração contábil e preparação das demonstrações contábeis

Entrega de documentação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Entregue no prazo correto completa	10	31,25%
Entregue no prazo correto incompleta	3	9,38%
Entregue com atraso completa	6	18,75%
Entregue com atraso incompleta	13	40,63%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os 31,3% que disseram que seus clientes entregam a documentação necessária para escrituração contábil no prazo correto e completa, é possível observar que 7 (70%) dos contabilistas retornam os demonstrativos contábeis com frequência de no máximo trimestral.

Dos demais participantes da pesquisa 18,8% disseram que seus clientes entregam a documentação com atrasos, porém completa, desses 2 disseram entregar relatórios contábeis

aos clientes somente quando solicitado pelos mesmos e 2 participantes disseram entregar com frequência semestral. Pode-se inferir, desta forma, que a entrega da documentação no prazo tende a influenciar na maior tempestividade de entrega de relatórios.

Com base no questionamento se o responsável pelas MPEs consulta o contabilista antes da tomada de decisão, observa-se que 59,4% dos contadores entrevistados apontaram que os responsáveis pela MPEs às vezes solicitam informações. Desses profissionais, verifica-se que 3 são técnicos em contabilidade e atuantes a mais de 20 anos no mercado; e os 16 demais são graduados atuantes no mercado até 20 anos.

Tabela 21: Antes da tomada de decisão, o empresário responsável pela MPE, consulta ou pede alguma informação contábil?

Solicitação antes da tomada de decisão	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim, sempre	2	6,25%
Sim, às vezes	19	59,38%
Não, nunca	11	34,38%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Do grupo de 34,4% que apontou que os responsáveis pelas MPEs nunca consultam informações contábeis verifica-se a existência de 3 técnicos em contabilidade atuantes mais de 20 anos; e 8 graduados atuantes até 20 anos no mercado. Sendo assim, verifica-se que não foi possível inferir que a maior experiência do contabilista ou seu nível de escolaridade possam influenciar na participação efetiva do profissional contábil na tomada de decisão do empresário para a amostra pesquisada.

Com relação aos respondentes que apontaram que os empresários responsáveis pela MPEs consultam ou pedem alguma informação contábil antes da tomada de decisão, verifica-se que o instrumento de controle que mais é solicitado é a demonstração do resultado do exercício com 35% seguido do balanço patrimonial com 20% dos respondentes, como pode ser observado na Tabela 22 a seguir. Tal resposta é coerente com questões anteriores onde Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício foram apontados como os relatórios mais importantes na percepção do contabilista, bem como do empresário.

Tabela 22: Com base na pergunta anterior, caso a resposta tenha sido sim, qual instrumento de controle é o mais solicitado

Qual instrumento de controle é mais solicitado	Frequência absoluta	Frequência relativa
Análise das demonstrações contábeis	3	15,00%
Balanço patrimonial	4	20,00%
Demonstração do resultado do exercício	7	35,00%
Demonstração dos fluxos de caixa	3	15,00%
Relatório de contas a pagar/receber	3	15,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Kassai (1997) contribui para explicar a escolha pelo Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ao afirmar que estes são os relatórios considerados como os de mais fácil compreensão, cujo entendimento da composição e utilidade dos mesmos representa, de certa forma, uma poderosa ferramenta de apoio e gerenciamento não só para as empresas de grande porte, mas também para os empreendimentos de pequeno porte, pois através da interpretação dessas demonstrações, poder-se-á obter auxílio oportuno para a tomada de decisão.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi de conhecer o perfil do profissional contábil na cidade de Juiz de Fora MG e identificar a percepção desses profissionais quanto ao uso da informação contábil pelas MPEs. Objetivou-se também identificar os principais problemas apontados pelos contabilistas que impedem a melhor utilização da informação contábil. Bem como o cruzamento de dados entre o perfil do profissional e a sua percepção.

A pesquisa aponta quanto ao perfil dos contabilistas, que os entrevistados constituem na maior parte empresários individuais ou pequenas sociedades (2 sócios), com poucos empregados (até 5) caracterizando pequenos escritórios de contabilidade. Ainda, com base no perfil do contabilista, foi possível verificar que dentre o grupo que compôs a amostra 37,5% vem atuando no mercado a mais de 20 anos, e 31,3% dos respondentes são profissionais com experiência de 0 a 5 anos.

Quanto a percepção desses profissionais em relação ao uso da informação contábil nas MPE's, constatou-se que nenhum dos entrevistados acredita que oferecer informações para análise e tomada de decisão seja a origem da contratação de serviços contábeis pelas MPE's. Tal resultado é convergente com outras pesquisas apontadas no referencial teórico, que também concluíram que o uso da Contabilidade para tomada de decisão em MPEs ainda é incipiente, prevalecendo a visão da Contabilidade como necessária apenas para cumprimento de obrigações legais de ordem fiscal e previdenciária em entidades de menor porte.

Conseguiu-se observar também que os contabilistas pesquisados da cidade de Juiz de Fora, MG corroboram da mesma concepção quanto a finalidade da contabilidade que os autores referenciados nesse estudo. Apontando que ajudar o gestor a atingir os objetivos da organização é a principal finalidade da contabilidade. Percebe-se, desta forma, que os profissionais contábeis possuem consciência das possibilidades de melhor utilização da informação contábil por parte das empresas, apesar de, na prática, isso não estar acontecendo.

Abordando os principais problemas que impedem a melhor utilização da informação contábil, foi possível verificar que, para a amostra da pesquisa, 68,1% dos clientes entregam a documentação necessária para a escrituração com alguma pendência ou atraso. Tal fator também contribui para a redução das possibilidades de uso da informação contábil para a tomada de decisão, uma vez que a tempestividade na geração e entrega de relatórios é determinante para que a decisão seja tomada a tempo, refletindo para o gestor a realidade sobre a situação econômico-financeira da empresa. Dessa forma foi possível observar que

21,9% dos contabilistas retornam os relatórios contábeis a seus clientes mensalmente, e os demais acima de três meses ou apenas quando solicitado pelo cliente. Tal fato é capaz de gerar perda de tempestividade ocasionando decisões erradas em casos onde a informação poderia ser facilmente conseguida.

O grupo entrevistado aponta também que em sua percepção seus clientes não possuem conhecimento sobre as demonstrações contábeis e, dentre os que mencionaram que seus clientes as conhecem, 67% apontaram que eles não as utilizam, corroborando com os estudos relacionados ao tema e apresentados no referencial do presente estudo.

As limitações da pesquisa se apresentam quanto a sua amostra reduzida e em relação a delimitação geográfica, porém as limitações não invalidam o presente estudo. É necessário ressaltar que os resultados são válidos para o conjunto de contabilistas entrevistados, não podendo caracterizar de forma conclusiva o perfil dos contabilistas e suas percepções devido as limitações mencionadas.

Sugere-se, para futuros trabalhos, ampliar o número da amostra, observando se os resultados se mantêm consistentes, bem como a aplicação em uma delimitação geográfica diferente, objetivando comparar os resultados e inferir se os mesmos se mantem semelhantes em relação a uma amostra maior e a comparação entre localidades. No intuito de verificar se o perfil do profissional contábil, bem como sua percepção quanto a utilização da informação por MPEs se repete em regiões diferentes ou é um evento característico de localidades específicas.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. F. Gestão Estratégica das Informações Internas na Pequena Empresa: estudo comparativo de casos em empresas do setor de serviços (hoteleiro) da região de Brotas-SP. 2004. 209f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – **Escola de Engenharia de São Carlos**, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

AREND, L. R.; GRECO, Al. L. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. Porto Alegre, RS: Sagra, 1996.

ATKINSON, A. A. *et. al.* **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BEUREN, I.M. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 104p.

BRANDÃO, A. J.; LIRA, W. S.; GONÇALVES, G. A. da C. A satisfação do cliente como base **para a qualidade** em serviços: o caso de um supermercado de pequeno porte. **Qualit@s-Revista Eletrônica – ISSN**, p. 1677-4280, 2004.

BRASIL. **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Senado Federal, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 14.11.2016.

BRASIL. **Sobrevivência e Mortalidade**. Portal Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>>. Acesso em: 26/08/2016.

BRASIL. **Novo Código Civil**. Senado Federal, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 26/08/2016.

CARULLO, J. C. Las micro, pequeñas y medianas empresas en el Mercosur. **Comercio Exterior**, v. 48, n. 7, p. 569-581, jul. 1998.

CARVALHO, A.M.R.; NAKAGAWA, M. Informações contábeis: um olhar fenomenológico. In: 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos. **Resumos...** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004.

CARVALHO, M. M. de. Oportunidade para parceria indispensável: pequenas empresas e administradores competentes. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, ano IX, nº 27.dez.1999.

CEZARINO, L. O.; CAMPOMAR, M. C. Micro e pequenas empresas: características estruturais e gerenciais. **Revista Hispeci & Lema**, v. 9, p. 10-12, 2006.

CFC, PORTAL. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade.** Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>>. Acesso em: 14.11.2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 R1: Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.** Brasília, dez, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 14.11.2016.

CONSTANTE, F. **A Contabilidade como Ferramenta Gerencial Aplicada em uma Empresa do ramo Industrial- Comercial.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário Municipal de São José, USJ, São José, 2010.

COSTA, D. F.; YOSHITAKE, M. O controle e a informação contábil nas pequenas empresas. In: 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos. **Resumos...** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004.

DIAS FILHO, J. M. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação, **Caderno de Estudos**, FIPECAFI, São Paulo, v.13, n. 24, p. 38 - 49, jul. /dez. 2000.

FERREIRA, R. J. **Contabilidade Básica:** Finalmente você vai aprender contabilidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2004.

FIGUEIREDO, S.; SAMPAIO, J. M.. **Consultoria Contábil Gerencial:** um produto para as micro e pequenas empresas. 2003. Disponível em: http://www.isesonline.com.br/downloads/sandra/artigos/ARTIGO_JULIANO.pdf. Acesso em: 14.11.2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTANELLA, F. R. **Finanças Públicas:** lições introdutórias destinadas aos docentes do Programa de Educação Fiscal. Florianópolis, SEF, 2001.

FORTES, J. C.. **Manual do Contabilista:** Uma Abordagem Teórico-prática da Profissão Contábil. São Paulo: Saraiva, 2005. 305 p.

FREY, I. A.; FREY, M. R. O uso de informações contábeis na pequena empresa. **Pensar contábil**, v. 6, n. 19, 2015.

FREZATTI, F. Diferenciações entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países 1, 2 e 3. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo: USP, n. 44, p. 9-22, 2007.

GAFFIKIN, M. J. R. Creating a Science of Accounting: accounting theory to 1970. Accounting & Finance Working Paper, **School of Accounting & Finance, University of Wollongong**, n. 05/08, p. 1-20, 2005.

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Tradução Roberto Cataldo Costa; **consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Viali**. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**: Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GNATA, F. et al. Gestão Contábil na Micro e Pequena Empresa: Uma Análise dos Fatores da Mortalidade Precoce. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 15, n. 1, 2014.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: **Record**, 1997

HALL, R. J. SOUZA, D. V. N. de. BRYK, G. R. VIANA, J. J. S. A utilização das ferramentas contábeis para tomada de decisão: um estudo nas micro e pequenas empresas do ramo de vestuário de Dourados – MS. **Congresso Internacional de Administração – ADMPG Set**. 2008.

IUDÍCIBUS, S. de. **Mensuração em contabilidade**. Estudando a teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. de; **Teoria da contabilidade**, v. 3, São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS S. de; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KASSAI, S.. As empresas de pequeno porte e a contabilidade. **Caderno de Estudos, FIPECAFI**. Disponível em <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad15>>. Acesso em> 26/08/2016.

LACERDA, J. B. A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs): necessidade e aplicabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 160, p. 39-53, 2006.

LENZI, F.; KIESEL, M. D.. **Empreendedor de Visão**. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, M. R. S.; CHACON, M.J.M.; SILVA, M.C. Uma contribuição a importância do fluxo de informações contábeis no processo decisório das micro e pequenas empresas: uma pesquisa realizada na cidade de Recife no estado de Pernambuco. *In: Conferência Internacional de Empreendedorismo Latino Americana*, 2004, Rio de Janeiro. **Anais... CIPEAL**, 2004.

MACIEL, A. M. *et. al.* Planejamento tributário para micro e pequenas empresas. *In: 2º Seminário USP de Contabilidade*. **Anais...** São Paulo: USP, 2002.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MERLO, R. A.; PERTUZATTI, E. Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade. *In: 5º Congresso USP*. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. **Contabilidade Empresarial**, v. 3, 2009.

MIRANDA, L. C. LIBONATI, J. J.; FREIRE, D. R.; SATURNINO, O. Demanda por serviços contábeis pelos mercadinhos: são os contadores necessários? **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 1, p. 131-151, jan. / mar. 2008.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.

NUNES, L. C. F.; SERRASQUEIRO, Z. M. S. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n.36, p. 87-96, set. /dez. 2004.

OLIVEIRA, A.G.; MÜLLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista da FAE**, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set. /dez. 2000.

OLIVEIRA, A. G.. **Uma Contribuição ao estudo da Contabilidade com sistema de informação ao processo de gestão das micro e pequenas empresas**. Uma pesquisa no Estado do Paraná. Florianópolis, 2004. 232f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

OLIVEIRA, O.J. Pequena empresa no Brasil: Um estudo de suas características e perspectivas. **Revista Integração**, n. 44, p. 5-15, 2006.

PADOVEZE, C; BERTOLUCCI, R. G. **Gerenciamento de Risco Corporativo em Controladoria**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PIRES, M. A.; COSTA, F. M.; HAHN, A. V. Atendimento das necessidades de informação para a tomada de decisão em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela Contabilidade frente aos seus objetivos – pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória-ES. In: Simpósio Fucepe De Produção Científica, 2., 2004, **Anais...** Vitória: FUCEPE, 2004.

PIZZANI, M. A. **A contabilidade com instrumento de gestão para as pequenas indústrias do ramo de confecções de Feira de Santana**. 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Fundação Visconde de Cairú, Salvador; 2004.

RAMOS, A. S.; PAULA, C. S.; TEIXEIRA, E. E. M. Análise Comparativa da Qualidade dos Serviços Contábeis prestados pelos Escritórios de Contabilidade em Ipatinga. In: Semana de Iniciação Científica, 3. 2000, **Anais...** Coronel Fabriciano, MG: Semana de Iniciação Científica, 2000.

SEBRAE, SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA. **10 Anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade das empresas**. São Paulo: SEBRAE, 2008. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/10_anos_mortalidade_relatorio_completo.pdf. Acesso em: 24.11.2016.

SEBRAE, SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA. **Taxa de Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2011. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil_2011.pdf. Acesso em: 24.11.2016.

SEBRAE, SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA. **Taxa de Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2016. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 24.11.2016.

SEBRAE, SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**, Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf> >. Acesso em, v. 27, 2014.

SEBRAE-DIEESE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa– 2010/2011**. Brasília, distrito Federal: 2012. Disponível em:

https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2010_2011.pdf. Acesso em: 12.12.2016.

SILVA, R. A.; SOUZA, R. F.; GUIMARÃES, R. De S., MOREIRA, R. S.; MENDES, P. H. M.; SIMÃO A. A. **A Importância do Controle Contábil para Micro e Pequenas empresas**. Disponível em: www.dcc.uem.br/enfoque/new/enfoque/data/1435164133-old.docx. Acesso em: 12.12.2016.

SIMPLES, Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Senado Federal, 1996.

STROEHER, Â. M.; FREITAS, H.. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração Eletrônica RAUSP-e**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2008.

STROEHER, Â. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de administração – Eletrônica**, 2008. Disponível em: http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a7.pdf

TEIXEIRA, A. P. P.; LEAL, E. A.; MIRANDA, G. J. Controle de custos: ferramenta para gestão das micro e pequenas empresas. In: **Congresso Brasileiro de Custos-ABC. Anais...** 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VANALLE, R. M. ; PELISSARI, A. S. ; GONZALEZ, I. V. P. Gestores de pequenas empresas: estudo do papel e das funções gerenciais. In: SEGET, 2007, Resende, RJ. **IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2007.

YOUNG, Joni, J. Making up users. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, p. 579-600, 2006.

ANEXO 1

Pesquisa sobre o uso da informação contábil financeira por micro e pequenas empresas que utilizam serviços contábeis terceirizados.

“A presente pesquisa não tem qualquer intuito de divulgar os dados obtidos, limitando-se a acrescentar conhecimento para fins acadêmicos”

Questionário:

PARTE 1 – PERFIL DO CONTABILISTA OU ESCRITÓRIO CONTÁBIL

1. Tipo de prestação de serviço

Contador Individual Empresa Contábil

2. Em caso de sociedade, quantos são os sócios responsáveis

2 3 4 5 Outro

2.1 Caso tenha marcado a opção “outros” na questão anterior, informar o número de sócios responsáveis correspondente.

3. Número de funcionários

1 a 5 5 a 10 10 a 20 20 a 50 mais de 50

4. Sexo

Masculino Feminino

5. Faixa Etária

Até 25 anos De 25 a 35 anos De 35 a 50 anos
 Acima de 50 anos

6. Escolaridade

Técnico Graduação
 Especialização Mestrado
 Doutorado

7. Faixa de tempo atuando no mercado

0 à 5 anos 11 à 20 anos
 6 à 10 anos mais de 20 anos

8. Ramos para os quais presta serviço:

- Micro empreendedor individual**
- Micro empresa**
- Empresa de pequeno porte**
- Empresa de médio porte**
- Empresa de grande porte**
- Organizações sem fins lucrativos (ONG's, Fundações e Associações)**
- Instituições de ensino e, ou, Instituições religiosas**
- Prestação de serviços a particulares (Condomínios, empregador doméstico, etc)**
- Instituições religiosas (Cooperativas e Individual)**

9. Quantas microempresas e empresas de pequeno porte você é responsável pela contabilidade?

- 0 à 19** **20 à 39** **40 à 59** **mais de 60**

10. Qual o seu nível de conhecimento a respeito de controle interno?

- Conhece bem** **Conhece o suficiente**
- Conhece pouco** **não conhece.**

11. A respeito dos controles internos qual você considera de principal importância para as MPEs

- Controle gerencial de recursos humanos**
- Controles de estoques**
- Controle físico de ativos**
- Controles de Contas a pagar/receber**
- Controle de acesso a informação**
- Controle de impostos**
- Controle de resultados**
- Controle do imobilizado**
- Controle de acesso a ativos**

12. Você considera que a informação contábil é capaz de suprir as necessidades de controles internos nas MPEs

- Sim** **Em parte** **Não**

13. Quais relatórios são oferecidos aos clientes MPE:

- Livro Caixa
- Livro Diário
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas
- Análise das demonstrações contábeis
- Nenhum

14. Qual a frequência de entrega de relatórios:

- Mensal Trimestral Semestral Anual
- Quando solicitado Nunca.

PARTE 2 – PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO PERFIL DOS CLIENTES MPE

1. Na sua percepção, as MPEs contratam serviços contábeis com qual finalidade?

- Para cumprir com a obrigações do Fisco.
- Por ser a contabilidade de caráter obrigatório.
- Para fornecer informações para análise e tomada de decisão.

2. Quanto a sua percepção, o serviço contábeis tem como principal finalidade,

- Ajudar o gestor da empresa a atingir os objetivos da organização
- Encontrar meios para reduzir a carga tributária
- Informar aos órgãos públicos dados sobre as empresas
- Cumprir com as obrigações fiscais
- Servir como banco de dados dos atos e fatos ocorridos na empresa

3. Em sua percepção, nas MPEs, os empresários conhecem os relatórios financeiros (demonstrações contábeis):

- Sim e utilizam sim, e não utilizam Não conhecem

4. Em sua percepção, nas MPE, os empresários fazem uso das demonstrações contábeis para fins de análise ou tomada de decisão, entendida a tomada de decisão como o processo de escolha de um plano de ação entre outros possíveis?

- Sim, sempre Sim, frequentemente
- Sim, pouco Não, nunca

5. Em sua percepção, dentre os relatórios oferecidos quais as MPEs usam para tomada de decisão:

- Livro Caixa
- Livro Diário
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas
- Análise das demonstrações contábeis
- Nenhum

6. Quanto a documentação necessária para a escrituração contábil e preparação das demonstrações contábeis:

- É entregue no prazo correto e completa.
- É entregue no prazo correto e incompleta.
- É entregue com atrasos e completa.
- É entregue com atrasos e incompleta.

7. Antes da tomada de decisão, o empresário responsável pela MPE, consulta ou pede alguma informação contábil?

- Sim, sempre
- sim, às vezes
- Não, nunca

8. Com base na pergunta anterior, caso a resposta tenha sido sim, qual instrumento de controle é mais pedido.

- Balanço
- DRE
- DFC
- Análise de demonstrações contábeis
- Relatório de contas a pagar/receber